



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

1

MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – P152/2018 –
SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DA EMPREITADA DE
“REABILITAÇÃO DO CASTELO E PAÇO DOS CONDES DE OURÉM E SUA ADAPTAÇÃO
PARA ESPAÇOS MUSEOLÓGICOS”.

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 35427**, datado de **2018.10.09**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2018.10.01, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para proceder à repartição de encargos decorrentes da prestação de serviços da empreitada indicada em epígrafe, nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), do seguinte modo: -----

----- Ano 2018 – 9.461,54 euros -----

----- Ano 2019 – 113.538,48 euros -----

----- Ano 2020 – 113.538,48 euros -----

----- Ano 2021 – 9.461,54 euros -----

----- Foi ainda remetida documentação anexa à questão em debate, a qual foi reencaminhada a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “Foi apresentada a informação n.º 394/18, de 14 de setembro findo, do **Setor de Contratação Pública e Aprovisionamento**, a anexar o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, para a prestação dos serviços indicados em epígrafe, com o preço base de 200.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor e a propor a escolha do procedimento de concurso público, de conformidade com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 20.º, do Código dos Contratos Públicos. -----

Ouvido sobre o assunto, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** exarou no processo uma informação, datada de 17 também do mês findo, a dar conta de que concorda com o procedimento e com as peças propostas, salientando a existência de adequado enquadramento orçamental, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em observância à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso. Mais dá conta de que face aos compromissos plurianuais



MUNICÍPIO DE OURÉM
Assembleia Municipal

2

(9.461,54€ – 2018, 113.538,48€ – 2019, 113.538,48€ – 2020 e 9.461,54€ – 2021), a competência para o efeito é do órgão deliberativo.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: “Talvez não seja verdadeiramente relacionado com este tema, mas gostava de perguntar ao senhor Presidente da Câmara se, face a estes investimentos todos que estão a ser feitos no Castelo e Paço dos Condes, se existe algum pensamento no futuro para que a Câmara Municipal seja ressarcida destes investimentos, ou que seja compensada deste valor que está a ser investido hoje. -----

Presentemente, falamos de pegadas turísticas; falamos em taxas turísticas; falamos em tudo o mais relacionado com o turismo, portanto, vocacionar o Castelo para uma maior atratividade turística, pergunto se há alguma ideia de vir a aplicar alguma taxa ou aplicar alguma solução que possa compensar o município dos valores investidos.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Em relação a este assunto, o que lhe posso dizer é que grande parte deste investimento é feito através de fundos comunitários. O investimento municipal existe, mas não é um valor extremamente avultado. -----

Esta intervenção nasce de um protocolo que o executivo celebrou com a Casa de Bragança que permitiu aceder a fundos comunitários para este edificado. -----

Parece-me, e toda a gente reconhece, que é uma obra importante para Ourém, para o nosso território e, por isso, não me parece que haja qualquer justificação para aquilo que o senhor deputado aqui traz. -----

Esta intervenção permitirá depois ter uma polivalência e uma oferta cultural muito diferente da que temos hoje. -----

Obviamente, se entendermos fazer algo a mais do que hoje está previsto, aqui traremos, mas para já não está nada previsto.” -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL expôs o seguinte: “Permitam-me apenas uma consideração sobre este tema. Trata-se de um investimento municipal em determinado local ou empreendimento e, neste caso, estamos a falar de um monumento histórico que é património não só do concelho como também património nacional. Portanto, toda a mais valia ou todo o investimento que seja ali feito não



MUNICÍPIO DE OUREM
Assembleia Municipal

significa e não se depreende nunca que seja passível de um retorno direto. Estamos a valorizar e a defender um património histórico.” -----

----- **NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR UNANIMIDADE – 32 PRESENCAS.** -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 20 de dezembro 2018. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,